



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BRAGA



ORDEN DE INÍCIO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL Nº 04/2025

O Poder Legislativo de Braga/RS, inscrito no CNPJ nº. 09.298.676/0001-88, vem através de seu Presidente Everaldo Mangini, **AUTORIZAR A DAR INÍCIO AOS SERVIÇOS DO OBJETO CONTRATUAL**, de aquisição de materiais de expediente, conforme Contrato Administrativo nº. 04/2025, celebrado entre as partes de acordo com a Dispensa de Licitação nº 04/2025, conforme especificado no Contrato supracitado.

Gabinete da Presidência, Braga/RS, 21 de agosto de 2025.

EVERALDO
MANGINI:6362
1843000
Everaldo Mangini

Assinado de forma
digital por EVERALDO
MANGINI:63621843000
Dados: 2025.08.21
13:34:21 -03'00'

Presidente do Poder Legislativo de Braga/RS.

93.805.521/0001-05
**MAQUIPEL COMÉRCIO
E REPRESENTAÇÕES LTDA.**
Rua Getúlio Vargas, 1088
CEP 98.600-000 - TRÊS PASSOS-RS

MAQUIPEL COMÉRCIO E
REPRESENTAÇÕES LTDA.

MÁRCIO BLATT - SÓCIO



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 04/2025

Termo de contrato que entre si fazem a Câmara Municipal de Vereadores de Braga e como fornecedor Maquipel Comércio e Representações LTDA, tendo como objeto a aquisição de materiais de expediente destinados ao atendimento das necessidades da Casa Legislativa.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Braga, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.298.676/0001-88, com sede na Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº. 419, Sala 01, Centro de Braga, RS, representada por seu Presidente Sr. Everaldo Mangini, Agente Político, brasileiro, casado, portador do CPF nº. 636.210.430-00, residente e domiciliado no Distrito de Pedro Garcia, interior de Braga/RS, adiante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADA: Maquipel Comércio e Representações LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº. 93.805.521/0001-05, com Firma estabelecida na Rua Getúlio Vargas, nº. 1088, na cidade de Três Passos/RS, neste ato representada pelo Sr. Márcio Roberto Blatt, brasileiro, divorciado, empresário, portador do CPF sob o nº. 700.370.000-04, adiante denominada simplesmente CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui-se objeto do presente a Contratação de Empresa para aquisição de materiais de expediente destinados ao atendimento das necessidades da Casa Legislativa, atendendo as normativas legais e de acordo com as especificações constantes na Dispensa nº 04/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato é de 06 (seis) meses a contar da data de assinatura do mesmo.

O objeto deverá ser entregue de acordo com previsto no edital e na proposta vencedora do processo licitatório.

O presente contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima prevista em lei, mediante demonstração de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a CONTRATANTE, sendo permitidas eventuais negociações entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

1



Adjudicado o objeto da presente licitação, a CONTRATANTE, convocará o adjudicatário para assinar o termo de contrato em até 03 (três) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo às sanções previstas no artigo 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, este prazo poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada.

A entrega do objeto poderá ser feita de forma parcelada, na vigência do contrato, tendo em vista, tratar-se de materiais de expediente.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

O preço a ser pago pela CONTRATANTE à CONTRATADA será especificado na proposta financeira apresentada pela empresa, constante no Processo de Dispensa de Licitação nº. 004/2025 de 13 de agosto de 2025, homologado e adjudicado em 14 de agosto de 2025, cuja importância total é de R\$ 3.288,36 (três mil duzentos e oitenta e oito reais e trinta e seis centavos).

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado EM ATÉ 30 DIAS APÓS emissão de Nota Fiscal, mediante a apresentação da Nota Fiscal, após o ateste pelo profissional designado, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente.

5.2 O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, transferência ou pix (nos casos em que a chave pix for o CNPJ da empresa).

5.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o Contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.4 É encargo do Contratado, quando da efetiva prestação dos serviços, todas as despesas relativas taxas, tarifas, tributos e demais despesas que porventura forem necessárias à prestação dos serviços, que não sejam obrigações da Contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECURSO FINANCEIRO

As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta dos seguintes recursos financeiros previstos para o orçamento 2024:



500 3390 30 00 00 000 – Material de Consumo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Nos pagamentos realizados após a data do vencimento estabelecidos na cláusula quinta, com atraso superior a 30 (trinta) dias, a contar do final do prazo, os valores serão corrigidos pelo índice do IPCA do mês anterior fixado pelo Governo Federal.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO

8.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste conforme a cláusula nona, aplicando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

8.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA NONA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.1 Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante comprovação e respeitando a repartição objetiva de risco estabelecida.

9.2 Para fazer jus ao reequilíbrio econômico-financeiro o CONTRATADO deverá apresentar junto com o pedido orçamento detalhado mediante “Planilha de custos e formação de preços” do preço contratado e do preço reequilibrado, assinada por profissional da contabilidade, além de notas fiscais e/ou outros documentos aptos a demonstrarem variação no preço contratado.

9.3 Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data do fornecimento da documentação que o instruiu.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

1- Dos direitos:

Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo estipulados.



2-Das Obrigações:

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) Dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do contrato.

Constituem-se obrigações da CONTRATADA:

- a) Entregar o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do presente contrato e legislação vigente;
- b) Dar ciência à CONTRATANTE da ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a entrega do objeto deste contrato em partes ou no todo;
- c) Arcar com todas as despesas de deslocamento ou qualquer outra necessidade que vier a ter durante a realização do serviço objeto do contrato;
- d) Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários e fiscais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO DO CONTRATO

11.1 O fornecimento do objeto deste contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado para esse fim pela autoridade competente, na condição de representante do CONTRATANTE.

11.2 Dentre as responsabilidades do fiscal está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

O presente contrato será rescindido no caso de ocorrer quaisquer das hipóteses previstas no artigo 156 da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, bem como na assunção dos serviços pela CONTRATANTE na forma que a mesma determinar.

Parágrafo Único: O descumprimento das obrigações assumidas neste contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo de 5 (cinco) dias para eleger o que entender de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO



A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de inexecução total ou parcial do contrato que venham a ensejar a sua rescisão, conforme artigo 137, da Lei Federal n. 14.133/2021, e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE, poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal 14.133/2021, dentre elas:

- I – Advertência;
- II – Multa;
- III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 03 (três) anos;
- IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO

O presente contrato está vinculado à Dispensa de Licitação nº 004/2025, TIPO Menor Preço Global, à proposta do vencedor e à Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente contrato poderá ser alterado e prorrogado através de termos aditivos, por acordo entre as partes ou unilateralmente por parte do CONTRATANTE e de acordo com o Art. 124 e seguintes da Lei 14.133/2021, sendo que, os reajustes de valores devem ser efetivados mediante a aplicação do IPCA dos últimos 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PROTEÇÃO DE DADOS EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 13.709/2018 (LGPD)

As partes entre si, por seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que por sua determinação participem da prestação de serviços objeto desta relação, comprometem-se a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados pessoais a que tiverem acesso durante a relação contratual, bem como a cumprir as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS OMISSÕES



Este contrato rege-se pela Lei Federal nº. 14.133/2021, inclusive nas suas omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito o foro da Comarca de Campo Novo, RS, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem às partes assim, justas e contratadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma e uma só finalidade, perante duas testemunhas que também assinam tudo, após ter sido o contrato lido e conferido, estando de acordo com o estipulado.

EVERALDO Assinado de forma
digital por
MANGINI: EVERALDO
63621843 MANGINI:6362184
3000
000 Dados: 2025.08.21
13:25:49 -03'00'

Braga, RS, em 21 de agosto de 2025.

Everaldo Mangini
Presidente
CONTRATANTE

MAQUIPEL COMÉRCIO E
REPRESENTAÇÕES LTDA

Maquipel Comércio e Representações LTDA
Márcio Roberto Blatt - Representante
CONTRATADA

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

Fiscal de Contratos